

**OS MEMORIALISTAS E A EDIFICAÇÃO DE UM PASSADO GLORIOSO\*****MEMORIALISTS AND THE BUILDING OF A GLORIOUS PAST**

Nataniél Dal Moro\*\*

**Resumo:** Muito do que se conhece da história da região sul de Mato Grosso se deve aos escritos produzidos por autores memorialistas. Porém, nem sempre as documentações consultadas podem ser analisadas ou cotejadas com outras pelo fato de não existirem materialmente, pois são originárias de informações contidas na tradição oral das famílias pioneiras. Esses autores descreveram os seus antepassados como desbravadores e fundadores na ocupação desta região. Diante disso, esse trabalho visa problematizar a utilização deste tipo de documentação por parte do historiador.

**Palavras-chave:** escrita da história; tradição oral; famílias do sul de Mato Grosso.

**Abstract:** Much of what is known of the history of southern region of Mato Grosso is due to writings produced by memorialist authors. However, not always consulted documentation can be analyzed or collated with others because of the fact that they do not exist materially, as they are from information contained in the oral tradition of pioneering families. These authors describe their ancestors as pioneers and founders in the occupation of this region. That said, this work aims at problematizing the use of such documentation by historians.

**Keywords:** writing history; oral tradition; southern Mato Grosso families.

(recebido em 25 de julho de 2012; aprovado em 2 de outubro de 2012)

A cidade de Campo Grande foi pensada, pelo menos desde a década de 1930, como a Capital Econômica do Estado de Mato Grosso.<sup>1</sup> Discursos e textos impressos, sobretudo os realizados por autores memorialistas e por autoridades locais, sejam elas públicas ou privadas, procuraram edificar na sociedade em geral esta forma de entender o passado.

Essas fontes, em particular as escritas por memorialistas, descreveram os seus antepassados como pioneiros na fundação da cidade e no desenvolvimento social e econômico da região sul de Mato Grosso, com destaque para a área da Serra de Maracaju, mais especificamente o local chamado Campos da Vacaria.<sup>2</sup> Não obstante, essa mesma forma de

---

\*Essa pesquisa foi financiada pela CAPES e integra uma parte do primeiro capítulo da minha tese de doutoramento: MORO, Nataniél Dal. *O pensar da elite sobre o povo comum: espaço público, viver urbano e reterritorialização do centro da cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*. 2012. 310 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2012.

\*\* Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: natanieldalmoro@bol.com.br

<sup>1</sup> A adjetivação literal ou idéia mais ampla que concebia Campo Grande como Capital Econômica de Mato Grosso foi publicizada desde a década de 1930 em diversos impressos, sendo possível destacar alguns: ANDRADE, Arlindo de. A maior cidade. *Revista Folha da Serra*, Campo Grande, ano IV, n. 40, ago. 1936, p. 30-31 e CONGRO, Rosário. Primórdios de Campo Grande. *Revista Brasil-Oeste*, São Paulo, ano 2, n. 14, jun. 1957, p. 45-47. Esses textos defendem abertamente a idéia de que a cidade de Campo Grande era a maior e mais progressista urbe do Estado de Mato Grosso.

<sup>2</sup> “Dá-se o nome de Vacaria a uma área do sul de Mato Grosso do Sul que se estende das cabeceiras do Rio Anhanduú às cabeceiras do Rio Dourados, numa extensão de 200 léguas quadradas. Nela predominam terras vermelha grudenta, roxa nas áreas de mata, massapé à beira dos cursos de água. Todos os seus rios são navegáveis tanto os que rumam para o Paraná como os que vertem para o Paraguai. Margeando-os, das cabeceiras às barras, estão as matas. Os espigões divisores de águas têm leve declividade. Predominam os

pensar o passado num determinado presente construiu um discurso que representou a cidade de Campo Grande como um lugar grandioso.

Essa forma de pensar a realidade, por sua vez, possui uma história. Portanto, o conteúdo desses materiais é altamente comprometido com determinados objetivos políticos de um grupo de sujeitos em especial: os integrantes da sociedade pastoril que se intitularam como sendo os fundadores desta região e fizeram questão, por meio do trabalho de alguns dos seus integrantes, de perpetuar esse entendimento sobre o passado.

Os memorialistas construíram então um passado glorioso a respeito dos pioneiros.<sup>3</sup> Para isso, as memórias orais do outrora se tornaram, pelas letras e palavras dos memorialistas, memórias impressas.<sup>4</sup> Essas memórias são, por sua vez, memórias de outras pessoas e não dos escritores memorialistas. Como todos os documentos, as memórias são parciais e possuem em geral uma funcionalidade política muito latente.

Os memorialistas, por seu turno, mostraram ao mundo os valores de um grupo, se não de todos os sujeitos, pelo menos externaram inegavelmente alguns valores da elite pastoril e mostraram, na verdade defenderam, essa cultura como adequada ao ambiente, como “certa” diante das realidades naturais e humanas que os pioneiros vivenciaram na região desde o final do século XVIII e, sobretudo, no início do século XIX.<sup>5</sup> Esses materiais apontaram a origem dos pioneiros, falando-nos da saga até a efetiva fixação em terras do sul de Mato Grosso. Em outras palavras, estes relatos falam-nos do poder dos pioneiros sobre determinados espaços sociais.

Essa questão remete-nos para uma observação feita por Pierre Bourdieu. No seu entendimento, os “agentes sociais, bem como as coisas por eles apropriadas, logo constituídas como *propriedades*, encontram-se situados em um lugar do espaço social, lugar distinto e distintivo que pode ser caracterizado pela posição relativa que ocupa em relação a outros

---

campos limpos, cobertos de cerrado ralo. Atualmente, Campo Grande, Ponta Porã e Dourados limitam as fronteiras da Vacaria que tem no centro Rio Brillhante, Sidrolândia e Maracajú.” ABREU, Dióres Santos. Comunicações entre o sul de Mato Grosso e o sudoeste de São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, USP, ano XXVII, v. LIII, n. 105, p. 191-214, jan./mar. 1976, p. 191-192. A elite não ficava restrita aos Campos da Vacaria. Havia integrantes deste grupo social também nos distritos de Campo Grande e em municipalidades vizinhas, como Três Lagoas, Aquidauana, Maracaju, Miranda, Nioaque e Rio Brillhante.

<sup>3</sup> Para Fernand Braudel, esta forma textual chama-se ucrônia. Ela imagina “um passado que não se produziu.” Fazer uma história ucrônica significa “brincar de refazer a história, suputar o que teria sido preciso mudar ou desordenar em seus encadeamentos para que ela tivesse seguido outro caminho.” BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a história*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 334.

<sup>4</sup> Há memórias orais e também memórias impressas. Não existem memórias que se fazem concretas apenas pela fala das pessoas, dos depoentes, entrevistados ou colaboradores. Os escritos memorialistas constituem-se de memórias antes imateriais que, depois de impressas, tornam-se graficamente concretas.

<sup>5</sup> Os grandes inimigos ou desafios dos pioneiros eram os indígenas e o próprio ambiente.

lugares (...) e pela distância (...) que o separa deles.”<sup>6</sup>

Os agentes ou sujeitos sociais, então, quando possuem controle sobre o espaço social, podem construir as suas histórias e dar os contornos que mais lhes agradam. Isso não deixa de ser, ao mesmo tempo, uma luta por memórias. Quando um grupo constrói a sua “história” diante de outros, materializa também a sua “memória” frente a outras histórias e memórias.<sup>7</sup>

Trata-se então, para o trabalho do historiador, de tentar pensar a história desta forma política de representar o passado, que tratou de enaltecer a presença de uns sujeitos e dos seus feitos, lançando-os ao patamar de verdadeiros heróis, tal como fizeram os escritos elaborados por Emílio Garcia Barbosa, José de Melo e Silva e Paulo Coelho Machado.<sup>8</sup> Ao mesmo tempo, essa mesma forma de pensar o passado ocultou desta história a presença de outros sujeitos, que podem ser chamados de povo comum.<sup>9</sup>

Uma obra extremamente relevante, talvez a de maior relevância, e que se opôs a este tipo de entendimento da realidade foi publicada no final da primeira metade do século XX por um escritor militar. Disponibilizada no ano de 1941, a obra *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*, de autoria de Nelson Werneck Sodré, contestou a forma memorialista de edificar um passado para os pioneiros e de alçá-los à condição de realizadores incontestáveis do progresso da região dos Campos da Vacaria.<sup>10</sup> Justamente por isso, essa produção é vital para o entendimento da história do Município de Campo Grande, inclusive da parte urbana desta municipalidade.

---

<sup>6</sup> BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 164. Para Pierre Bourdieu, o “espaço é definido pela correspondência, mais ou menos estreita, entre uma certa ordem de coexistência (ou de distribuição) dos agentes e uma certa ordem de coexistência (ou de distribuição) das propriedades. Em consequência, não existe ninguém que não seja caracterizado pelo lugar em que está situado de maneira mais ou menos permanente (“não ter eira nem beira” ou não possuir “domicílio fixo” é ser desprovido de existência social; ser “da alta sociedade” é ocupar as altas esferas do mundo social). Também caracterizado pela posição relativa, logo pela *raridade, geradora de rendas materiais ou simbólicas*, de suas localizações temporárias (...) e sobretudo permanentes (...). Caracterizado enfim pelo lugar que assume, que ocupa (de direito) no espaço por meio de suas propriedades (casas, terras etc.), que são mais ou menos “devoradoras de espaço” (*space consuming*).” BOURDIEU, op. cit., 2001, p. 164-165.

<sup>7</sup> FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Muitas memórias, outras histórias. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d’Água, 2004, p. 6. Segundo as autoras: “como qualquer experiência humana, a memória é também um campo minado pelas lutas sociais.” E continuam: “a memória histórica constitui uma das formas mais poderosas e sutis de dominação e de legitimação.”

<sup>8</sup> BARBOSA, Emílio Garcia. *Os Barbosas em Mato Grosso*. Campo Grande: Correio do Estado, 1961; BARBOSA, Emílio Garcia. *Panoramas do sul de Mato Grosso*. Campo Grande: Correio do Estado, 1963; MELO E SILVA, José de. *Canaã do Oeste: sul de Mato Grosso*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989 (a primeira edição dessa obra data de 1947) e MACHADO, Paulo Coelho. *Pelas ruas de Campo Grande: a Rua Velha*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990, v. 1.

<sup>9</sup> HOBBSAWM, Eric. A outra história: algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick. *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, p. 21.

<sup>10</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

Vejamos, então, como foi edificado textualmente o pioneirismo de pelo menos uma parte desta elite.

### **O passado glorioso dos pioneiros**

A construção no presente do ato de edificar um determinado discurso sobre o passado é uma das tarefas a que se presta a maior parte dos textos memorialistas, para não dizer todos eles. Essa situação, por seu turno, é perfeitamente compreensível. Como textos altamente políticos e comprometidos com valores de certos grupos, os escritos memorialistas servem a determinados propósitos, logo, é aceitável que tendam e se prestem integralmente a defender os valores e a cultura dos sujeitos e dos grupos neles externados.

Ao definirem os seus genitores e demais familiares como pioneiros que civilizaram a região, a produção memorialista construiu uma narrativa que opôs estes pioneiros civilizados – eles se dizem assim – aos outros – que era o povo comum –, neste caso os incivilizados e ao mesmo tempo bárbaros no discurso da narrativa oficial.<sup>11</sup>

A utilidade política dessa tipificação social é de extrema importância para grupos hegemônicos. Segundo Raymond Williams, ao se utilizar da categoria civilização para definir uma cultura como integrante de um estágio mais avançado da modernidade, define-se em contrapartida que há estágios mais atrasados de cultura: são as culturas primitivas ou bárbaras que, na perspectiva da evolução de estágios, devem se transformar – o mais adequado é evoluir – para culturas civilizadas.<sup>12</sup> O que se chama de primitivo deve sempre desaparecer, dando lugar para culturas mais elaboradas, ou seja, portadoras de valores constituintes da modernidade ocidental.<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> Para Walter Benjamin, a história universal, linear e homogênea, seguramente é uma força com a qual o historiador materialista depara-se e luta para eliminá-la da sociedade. Nesse sentido, Benjamin defende em seus escritos, de acordo com Jeanne Marie Gagnebin, uma “história descontínua”; história esta que faz uma crítica a diversos tipos de história, como a história habitual, a história tradicional e a história universal. A análise do historiador deve obrigatoriamente questionar a narrativa da história oficial que afirma existir uma verdade “natural”, que diz que as coisas estão dadas previamente por causa do ambiente e não em razão das ações políticas dos sujeitos históricos sobre o ambiente no qual os sujeitos vivem. BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da história. In: KOTHE, Flávio R. (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985. GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. Para outras explicações sobre estes termos, ver o texto MORO, Nataniél Dal. Reflexões de Walter Benjamin para pensar o “povo comum”. *Sinais: Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos Indiciários (NEI)*, Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, ed. 05, v. 1, set. 2009.

<sup>12</sup> WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

<sup>13</sup> BENJAMIN, Walter. A modernidade. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire, um crítico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 67-101.

A região sul de Mato Grosso é um exemplo disso. Nesta luta para civilizar essas terras, que eram vistas como um sertão, os pioneiros foram pensados como sujeitos indispensáveis.<sup>14</sup> Eram portadores e executados de uma linguagem autorizada. Em contraponto, desautorizavam e impediam a existência de outras linguagens.<sup>15</sup>

Tendo esse entendimento como eixo, pode-se pensar a produção memorialista como uma forma de criar no presente um passado bem mais glorioso do que de fato ocorreu. Analisando as obras de autores como Emílio Garcia Barbosa, José de Melo e Silva e Paulo Coelho Machado, dentre outras, vê-se que essa situação foi levada a feito com muita maestria por tais memorialistas.

Os seus relatos colocaram a cultura pastoril como a principal contribuidora para o desenvolvimento, sobretudo econômico e social, da região sul de Mato Grosso. Atribuíram a ela também o fato de parte destas terras, que até o início da década de 1870 eram litigiosas, se tornarem brasileiras, já que com a presença da sociedade pastoril as áreas foram ocupadas populacionalmente e tornadas produtivas, segundo afirmação dos memorialistas. Portanto, a região tornou-se efetivamente nacional.<sup>16</sup>

As terras litigiosas compreendiam aproximadamente 20-25% do território do sul de Mato Grosso, atual Estado de Mato Grosso do Sul. A situação foi resolvida somente em 1872, época da assinatura do Tratado de Paz Loizaga-Cotegipe.<sup>17</sup> Consultando alguns escritos

---

<sup>14</sup> A palavra sertão refere-se sobremaneira ao fato da região ser parcamente povoada. A densidade populacional de Mato Grosso era a menor do Brasil até a década de 1950. Em 1950 a população total do Estado de Mato Grosso era de 522.044 mil habitantes e a densidade demográfica era de apenas 0,41 hab. por km<sup>2</sup>. Já a população do sul de MT era de 309.395 mil pessoas na década de 1950, sendo que 195.850 mil residiam no campo e 113.545 mil moravam nas cidades. CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*. São Paulo: [s.n.], 1955, p. 97 e MORO, Nataniél Dal. *Cidades, indústrias e operários no sul de Mato Grosso (década de 1950)*. 2007. In: *59ª Reunião Anual da SBPC*. Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.servicos.sbpnet.org.br/sbpc/59ra/senior/livroeletronico/resumos/r2456-1.html>>. Acesso em: 27 nov. 2007.

<sup>15</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. O que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 112.

<sup>16</sup> Essa análise é bastante problemática. De acordo com alguns relatos, a região, mesmo no início do século XX, ainda era um deserto e permanecia perdida. “No fim do século XIX e no começo do XX, fora meia dúzia de pequenas cidades, Mato Grosso era um vastíssimo deserto. Simples pistas, alguns rios navegáveis, ligavam entre si povoações, fazendas, roças, perdidas nesta imensidão verde.” DUROURE, João Baptista. *Dom Bosco em Mato Grosso*. 1º volume: 1894-1904. Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso, 1977, p. 152. Documentos oficiais também reforçam esta ideia. Consultando mapas produzidos pelo governo brasileiro, vê-se que em edições de 1868 e 1908 a região onde está a cidade de Ponta Porã e adjacências ainda não aparecia como território brasileiro. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). *Atlas geográfico escolar*. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2009, p. 93. Neste material, só em edição de um mapa de 1944 o referido território apareceu como pertencente ao Brasil. Segundo Rondon, o Brasil Central devia “integrar-se sem mais tardança na civilização”, pois era “grave manter por muito tempo ainda a ignorância de tão vastas zonas da Terra.” RONDON, Frederico. *Colonização nacional, o magno problema brasileiro*. *Boletim geográfico*, Rio de Janeiro, SGEF, ano IV, n. 46, p. 1331-1341, jan. 1947, p. 1340.

<sup>17</sup> DUBY, Georges. *Atlas historique: l’histoire du monde en 317 cartes*. Paris: Larousse, 1988, p. 285.

paraguaios, como o de Víctor Queirolo, vê-se que o Tratado de Paz foi, na verdade, muito mais uma ação imperialista do Brasil do que, propriamente, um tratado.<sup>18</sup>

Os escritos memorialistas consideraram também a população nativa como gente belicosa. Os índios foram vistos como matadores do rebanho, invasores, destruidores de fazendas e assassinos.<sup>19</sup> “O que pode ser observado nessas obras é que o índio não é reconhecido como um habitante que ocupava essa região há anos, mas como um inconveniente e agressivo com aqueles que queriam ocupar e explorar suas terras.”<sup>20</sup>

Os paraguaios, por seu turno, foram representados como sujeitos extremamente violentos, que furtavam bens e matavam os animais e as pessoas que estavam nas fazendas dos brasileiros, a maioria deles provenientes de Minas Gerais, região do Triângulo Mineiro, que tinham se apossado de terras na Serra de Maracaju, ou melhor, afazendado-se desde 1836.<sup>21</sup>

Nas afirmações dos memorialistas, sobretudo as feitas por Emílio Garcia Barbosa, as famílias dos pioneiros apareceram como desbravadoras de um território inóspito, agressivo, infestado por animais selvagens e “selvícolas ciumentos e ferozes” que ameaçavam a integridade física dos que tinham chegado para trazer progresso ao “sertão agressivo”, até então distante e isolado do mundo civilizado.<sup>22</sup>

---

<sup>18</sup> QUEIROLO, Víctor Ayala. *Historia de la cultura en el Paraguay*. Asunción: Salesiana, 1969. Em partes desta região – fronteira do Brasil com o Paraguai, sobretudo nas áreas de fronteira seca – ainda não se tem clareza do que é ser brasileiro e do que é ser paraguaio. Segundo dados divulgados por Sodré, cerca de 89% da população residente na cidade de Porto Murtinho, antes da década de 1940, era composta por paraguaios. A quantidade de indígenas nesta região também era e ainda o é bastante expressiva. Sendo assim, a fronteira existente é muito mais a construída pelo saber cartográfico do que propriamente a materializada pelas relações sociais e econômicas. SODRÉ, op. cit., 1941, p. 105. Na prática, a delimitação das fronteiras em benefício do Brasil foi possível devido a existência das atividades econômicas da erva-mate e da pecuária, pois ambas ocuparam efetivamente as terras antes litigiosas, brasilificando-as. Ainda no tempo da Monarquia, mas em especial a partir de 1889, com o advento da República, a região sul de Mato Grosso passou a ser vista como um território que carecia da presença do elemento nacional brasileiro para breçar a presença do elemento estrangeiro, entenda-se o paraguaio. Haja visto que muitos não-brasileiros consideravam parte do sul de MT como terra paraguaia. Portanto, havia constante preocupação de que parte do sul de Mato Grosso deixasse de ser terra brasileira.

<sup>19</sup> BARBOSA, op. cit., 1961, p. 15.

<sup>20</sup> MALDONADO, Caroline Hermínio; BRAND, Antônio Jacó. A representação indígena guarani em livros memorialistas. *Espaço ameríndio*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 31-43, jan./jun. 2010, p. 40.

<sup>21</sup> BARBOSA, op. cit., 1961, p. 13. A representação que propaga os paraguaios como violentos perdura, de certa forma, ainda na sociedade sul-mato-grosse. A respeito da invasão das fazendas por indígenas, ver RODRIGUES, José Barbosa. *História de Campo Grande*. São Paulo: Resenha Tributária, 1980, p. 49. Estima-se que o sul de Mato Grosso tenha perdido mais de 80 mil cabeças do seu rebanho bovino na época da Guerra. Especificamente sobre a morte de pioneiros por parte de indígenas, consultar LOPES, Joaquim Francisco. *As derrotas de Joaquim Francisco Lopes*. Campo Grande: IHGMS, 2007, p. 100. O autor achou os cadáveres de Francisco Gonçalves Barbosa, Paulo Rodrigues Soares e José Maria de Miranda, seus companheiros, “mutilados e já em avançado estado de putrefação.” Os acusadores do fato: “três índios.”

<sup>22</sup> BARBOSA, op. cit., 1961, p. 8 e 65. Os índios também eram chamados de bugres. BARBOSA, op. cit., 1963, p. 35.

As ações dos pioneiros foram colocadas no mesmo patamar da dos bandeirantes, vistos como arrojados, audazes, bravos, no sentido de valentes, destemidos, formidáveis, inteligentes e intrépidos sujeitos que expandiram os domínios do território português na América. A própria capa do livro *Os Barbosas em Mato Grosso*, “composto e impresso nas oficinas gráficas da “EMPRESA CORREIO DO ESTADO LIMITADA”, em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, nos meses de agosto e setembro de 1961”, exemplifica a associação que se fez dos pioneiros com os bandeirantes.<sup>23</sup>

Barbosa relatou primeiro os feitos dos bandeirantes para então depois falar dos seus antepassados. Afirmou que em 1618 o “audaz e formidável Antônio Raposo Tavares aprisionou boa parte” dos “selvícolas e arrasou o aldeamento” de Guairá, que se localizava próximo ao “caudaloso Paraná.” Os índios guaicurus foram descritos como “valentes cavaleiros”, entretanto, os bandeirantes de Tavares venceram a luta.<sup>24</sup>

A presença de Raposo Tavares no sul de Mato Grosso foi mencionada também por Sérgio Buarque de Holanda. “A área ainda hoje chamada de Vacaria foi cruzada por Antônio Raposo Tavares quando de sua gigantesca expedição à Amazônia.”<sup>25</sup> Em outra obra, Holanda também fez afirmação semelhante:

Desde 1622, numerosos grupos armados procedentes de São Paulo, Parnaíba, Sorocaba e Itu, trilharam constantemente terras hoje matogrossenses, preando índios ou assolando povoados de castelhanos. Em 1648, Raposo Tavares atravessa a região de Vacaria, sobe o Paraguai, para ganhar os rios da Bacia Amazônica.<sup>26</sup>

Esse dado, no entanto, é equivocado, pois a bandeira que atravessou a Vacaria era uma expedição subordinada ao Raposo Tavares, porém comandada pelo paulista Antônio Pereira, de Parnaíba. Nessa época, Tavares estava na Bahia, rumando para o Amazonas, como assegurou Vitor de Azevedo.<sup>27</sup>

<sup>23</sup> BARBOSA, op. cit., 1961, p. 7-9 e 71.

<sup>24</sup> Segundo BARBOSA, op. cit., 1961, p. 7, em 1618 a região dos Campos da Vacaria era chamada Campos do Erê. Antônio Raposo Tavares, no entanto, denominou o planalto da serra de Serra de Maracaju.

<sup>25</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 140.

<sup>26</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 43. Sodré também afirmou que em 1648 a bandeira de Antônio Raposo Tavares atravessou Mato Grosso. SODRÉ, op. cit., 1941, p. 43.

<sup>27</sup> “Em sua monografia de 1904, (...) Washington Luís constrói um trajeto imaginário para a bandeira em apreço. Trabalhou exclusivamente com hipóteses. E assim ainda aumentou as confusões já existentes em torno da empresa, substituindo por novas as fantasias de seus predecessores. Segundo este autor, o itinerário dos sertanistas foi um único, e sempre a partir de São Paulo. Dados o prestígio pessoal de Washington Luís e os aspectos positivos de seu estudo esta versão adquiriu foros de verdade incontestável, firmada com pedra e cal.” AZEVEDO, Vitor de. *Atuação real de Raposo Tavares na viagem ao “Rio das Almas”*. São Paulo: Obelisco, 1966, p. 8.

Equívoco como este é muito comum e, tão comum quanto, é a citação deste e outros equívocos em obras mais recentes.<sup>28</sup> Uma realidade como esta, para este estudo, reforça ainda mais o fato de que parte dos escritos memorialistas fundamenta-se em afirmações pouco precisas do ponto de vista da veracidade histórica.<sup>29</sup>

Isso, no entanto, não é um problema, pois esse tipo de produção é caracterizada por um ponto em particular: a predominância da “narrativa cronológica” que, por sua vez, produz uma “história singular”, tal como observou Eric Hobsbawm. Essa história política realizada via narrativa cronológica teve funcionalidade social para as classes dominantes na medida que legitimou um determinado passado que passou a fornecer “um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito o que comemorar.”<sup>30</sup>

Seguindo uma linha cronológica e relatando os acontecimentos, o memorialista Barbosa, já se referindo a década de 1820, passou a falar então sobre os sertanistas que tinham chegado no sul de Mato Grosso, que eram os seus antepassados.<sup>31</sup> Utilizando-se de uma narrativa bastante simples, o autor, que se denominou fazendeiro, estudante e portador de uma “linguagem simples de camponês, sem regras gramaticais”, disse que os pioneiros estavam “atrás de terra fértil, de espaço, de largueza onde pudessem assegurar um futuro grandioso para suas famílias.”<sup>32</sup>

Assegurou também que houve índios que ajudaram os sertanistas a se fixar na região e que os primeiros chegantes eram chamados de posseiros.<sup>33</sup> Contudo, não deixou de mencionar que os indígenas não eram tão bons assim, pois em 1844 Francisco Barbosa, a

---

<sup>28</sup> Sobre isso e também a respeito da existência nos livros didáticos de “abordagens laudatórias e triunfalistas” sobre os bandeirantes, ver PACHECO NETO, Manuel. Os livros didáticos como instrumentos disseminadores da concepção heróica do bandeirante. *Educação e fronteiras*, Dourados, UFGD, v. 1, n. 2, p. 104-117, jul./dez. 2010.

<sup>29</sup> Uma das características marcantes do estilo de escrita dos textos memorialistas é que eles não se detêm necessariamente nos documentos impressos. Esse fato, contudo, não é um problema para eles e nem para este estudo, uma vez que não se trata aqui propriamente de inquirir se as fontes utilizadas pelos memorialistas eram verdadeiras ou falsas, mas sim de pensar a historicidade desta construção, já que mesmo a fonte “falsa” tem algo de “verdadeiro” para dizer, assim como a fonte “verdadeira” também pode encobrir “falsidades”. Documentação não é prova de que algo é certo ou errado e nem de que é verdadeiro ou falso. Portanto, os textos memorialistas não primaram por comprovar as afirmações, mas objetivaram, por seu turno, muito mais por fazê-las e torná-las conhecidas e aceitas socialmente, sobretudo para os que não integravam o grupo dos pioneiros. Essa idéia, segundo o memorialista Emílio Garcia Barbosa, não fazia parte dos seus objetivos. Ao ler em várias obras afirmações que julgou erradas, então se viu no “dever de esclarecer” aos demais a história dos seus familiares. BARBOSA, op. cit., 1961, p. 5.

<sup>30</sup> HOBBSAWM, Eric. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 17. As análises sobre “narrativa cronológica” estão na página 156.

<sup>31</sup> A expressão pioneiros quase não foi utilizada pelo autor, mas sim sertanistas, sertanejos arrojados ou mesmo bandeirantes. BARBOSA, op. cit., 1963, p. 14 e BARBOSA, op. cit., 1961, p. 8-9 e 64.

<sup>32</sup> BARBOSA, op. cit., 1963, p. 3 e BARBOSA, op. cit., 1961, p. 5 e 18.

<sup>33</sup> BARBOSA, op. cit., 1961, p. 16.



esposa e os dois filhos “foram atacados e mortos por Caiuás de conluio com os escravos que se tornaram calambolas.”<sup>34</sup>

Além dos Barbosa, a região recebeu algumas outras famílias, dentre as quais se destacaram a dos Azambuja, Coelho, Garcia, Moraes, Pereira e Sousa.<sup>35</sup> Tendo terra roxa e vermelha à disposição, que eram de excelente qualidade para a criação e a agricultura, os integrantes destas famílias, além de algumas outras, passaram a povoar essas terras com o aval do poder imperial, já que uma carta de 1874 autorizou um dos sertanistas “a arrear os índios de qualquer modo e tomar conta de suas posses e garantir a família.” Os Barbosa, em específico, passaram a criar gado, pois nas terras de origem, região de Franca, interior de São Paulo, eles eram agricultores.<sup>36</sup>

De modo geral, esses sujeitos edificaram inúmeras fazendas nos Campos da Vacaria e contribuíram decisivamente na formação de povoados, vilas e cidades, tais como “Campo Grande, Ponta Porã e Dourados” que “limitam as fronteiras da Vacaria, que tem no centro outras localidades de menor importância como Rio Brilhante, Sidrolândia e Maracaju.”<sup>37</sup> A principal base econômica sempre foi a pecuária extensiva, tal como fizeram questão de propagar os escritos memorialistas de Barbosa, de Machado e de Melo e Silva, mas sobretudo os textos dos dois primeiros.<sup>38</sup>

### **Imagem 2.** Mapa do Estado de Mato Grosso.

Na parte superior da imagem está o território do atual Estado de Mato Grosso. Na parte inferior consta o então sul de Mato Grosso, hoje Estado de Mato Grosso do Sul. No centro deste território está a cidade de Campo Grande.<sup>39</sup>

<sup>34</sup> BARBOSA, op. cit., 1961, p. 15.

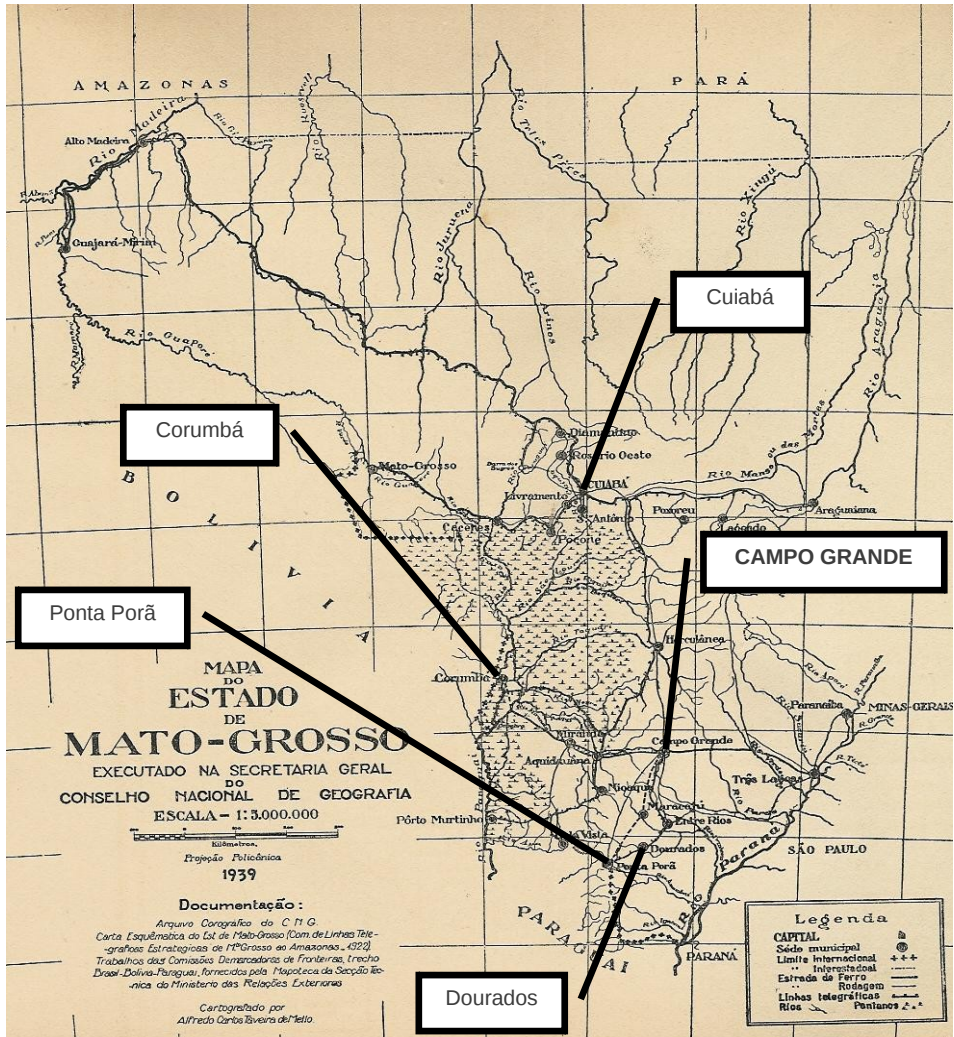
<sup>35</sup> BARBOSA, op. cit., 1961, p. 40. Aos poucos, os pioneiros arredaram a “hostilidade da natureza”, afastaram os “bandidos que apareciam por ali vindos do Paraguai vizinho e o selvícola traiçoeiro que os atacava em tocaias.” Além dos Barbosas, vieram os Leite, os Nantes, os Pires Martins, os Laós, os Pereira da Rosa, os Diniz, os Assis, os Pinheiros “e diversas outras famílias para a Vacaria que ficou povoada e alegre.” BARBOSA, op. cit., 1963, p. 7 e 10.

<sup>36</sup> BARBOSA, op. cit., 1961, p. 40, 18, 6 e 20.

<sup>37</sup> BARBOSA, op. cit., 1963, p. 12-13. Antes de receber a denominação Rio Brilhante, a localidade chamava-se Entre Rios.

<sup>38</sup> BARBOSA, op. cit., 1961; BARBOSA, op. cit., 1963; MELO E SILVA, op. cit., 1989 e MACHADO, op. cit., 1990.

<sup>39</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *Mato Grosso*. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasília, 1939, p. s/p. O mapa foi alterado.



Essa forma memorialista de contar a história dos pioneiros, no entanto, só foi colocada efetivamente em prática depois da publicação, em 1941, por parte de Nelson Werneck Sodré, da obra *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*.<sup>40</sup> Esse militar, que serviu em Campo Grande na década de 1930, analisou a história dos pioneiros de uma outra forma.

Para ele, no século XIX predominava sobre boa parte da Serra de Maracaju, incluindo-se aí o território no qual está a cidade de Campo Grande, a chamada propriedade pastoril. O rebanho bovino era o principal produto dessa economia. O afazendado, para não dizer posseiro, era como se chamava o sujeito da região.<sup>41</sup>

Mesmo tendo Sodré, na obra *Oeste*, desenvolvido análises singulares sobre a questão econômica que permeava no Oeste brasileiro, muito também nos deixou a respeito da organização social dos sujeitos que estavam na Serra de Maracaju, bem como o caminho que tais pessoas fizeram para em tal lugar vir a residir, chegando mesmo a questionar as afirmações antes postas pela narrativa memorialista, nesse caso as contidas na obra *Fronteiras guaranis*, publicada em 1939.<sup>42</sup>

Trata-se então de pensar como o trabalho destes pioneiros organizou a região e a cidade de Campo Grande, já que posteriormente foram eles parte das autoridades do espaço

---

<sup>40</sup> Antes dessa obra, apenas a publicação de MELO E SILVA, José de. *Fronteiras guaranis: com um estudo sobre o idioma guarani ou avañee*. Rio de Janeiro: Imprensa Metodista, 1939 continha um conteúdo que, de certa forma, elogiava as realizações das famílias pioneiras no sul de Mato Grosso. Melo e Silva era natural do Ceará e tinha bacharelado em Direito. Como havia intensos conflitos políticos entre os integrantes da sociedade pastoril, o poder público estadual, no intuito de resolver essa questão, colocou nos cargos de juiz de direito, em geral, pessoas de outras localidades do país. Na obra *Fronteiras guaranis*, o autor se mostrou preocupado com a expressiva presença da cultura guarani na região sul de Mato Grosso. Esses sujeitos, segundo sua análise, comprometiam a nacionalidade brasileira. Portanto, o poder público devia se manifestar a respeito desta questão. Nesse sentido, enalteceu-se a atuação dos pioneiros, já que eles brasilificaram as terras desta região. Essa obra foi republicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul em 2003 e passou a ter algumas notas explicativas, mas não uma análise sobre a historicidade do conteúdo do texto de MELO E SILVA, José de. *Fronteiras guaranis: a trajetória da Nação cuja cultura dominou a fronteira Brasil-Paraguai*. 2. ed. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003. O IHGMS, assim como o Governo Estadual de MS, também republicou a maior parte das obras aqui citadas nas suas primeiras edições. Em 2009 o Governo do Estado lançou a Coleção Documentos para a História de Mato Grosso do Sul que continha 3 obras: *Anais do desenvolvimento, povoação e conquista do Rio de La Plata*, de Ruy Diaz de Guzman, *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*, de Sodré, e *Pantanais matogrossenses: devassamento e ocupação*, de Virgílio Corrêa Filho. Ao todo, foram impressas 500 unidades. O fato é louvável e ao mesmo tempo preocupante, já que estas republicações não primaram por contar a história das motivações iniciais que levaram os seus autores a escrevê-las e torná-las públicas. Será este apenas um trabalho para pesquisadores ou, mais especificamente, para historiadores?

<sup>41</sup> Nos escritos memorialistas de Paulo Coelho Machado, Emílio Garcia Barbosa, José Barbosa Rodrigues, José de Melo e Silva e Virgílio Corrêa Filho estas pessoas foram descritas quase sempre como bandeirantes ou sertanistas. CORRÊA FILHO, op. cit., 1939; MELO E SILVA, op. cit., 1989; BARBOSA, op. cit., 1961; MACHADO, op. cit., 1990 e RODRIGUES, op. cit., 1980.

urbano-cidadino em pauta. No dizer do escritor memorialista Paulo Coelho Machado, a “elite condutora” da cidade de Campo Grande.<sup>43</sup>

É em razão disso que o texto escrito por Sodré se torna essencial, uma vez que além de falar da vinda dos pioneiros, também teceu considerações sobre as práticas destes indivíduos, muito mais no sentido de mostrar os conflitos entre eles e os demais sujeitos do que com o intuito de apenas elencar ações, enaltecendo os seus trabalhos civilizadores diante da “natureza selvagem” do local, portanto, romantizando esta origem no plano das palavras.<sup>44</sup>

Sodré evidenciou e justificou, valendo-se para isso de muitos documentos impressos e alguns relatos orais, que a sociedade pastoril tinha como características principais: a grande extensão da propriedade rural e o gado como principal cultura.

A população possuía pobre existência material, a região da Serra de Maracaju era pouco povoada e o local tinha paisagem monótona e triste. No campo quase que inexistia a presença da autoridade pública e havia “localismos perigosos”, isto é, a ação dos chamados coronéis era muito forte, sendo que estes mandavam mais do que o próprio poder público, visto que este último era praticamente nulo.<sup>45</sup>

Parte das afirmações de Sodré pode ser, perfeitamente, contestada. Será que a paisagem da Serra de Maracaju era mesmo monótona e triste? Será que a tradição religiosa era pobre e sem festa? Será que a cultura pastoril nada deixava de si? Entretanto, não é por causa disso que a sua análise sobre a propriedade pastoril perde significado.<sup>46</sup>

---

<sup>42</sup> MELO E SILVA, op. cit., 1939. SODRÉ, op. cit., 1941. Esse livro – *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril* –, integrante da Coleção Documentos Brasileiros, n. 31, dirigida por Octavio Tarquinio de Sousa, é pioneiro na análise da sociedade pastoril no sul de Mato Grosso e pode ser pensado como um texto que defendeu parte dos interesses políticos do Governo Vargas, em particular após 1937, já que questionou a forma de ocupação da terra numa área do Brasil Central. Cabe destacar que na época da publicação da obra, ano de 1941, a maioria dos escritos memorialistas não estava publicada. Portanto, a defesa dos sertanistas, e do seu modo de viver nesta região, só ocorreu depois da divulgação das análises de Sodré. De todas as obras escritas por Sodré, essa foi a única que o autor não alterou absolutamente nada do conteúdo para uma outra edição. O fato não é comum, pois Sodré afirmava que havia publicado mais de 200 livros, entretanto, foram 58. Essa divergência se deve a questão do autor sempre fazer revisões das primeiras edições que publicava, logo, ele considerava que era um outro livro e não o mesmo. No caso da obra *Oeste*, isso não ocorreu, pois Sodré autorizou a publicação em edição fac-simile, portanto, sem nenhuma alteração, sendo disponibilizada ao público no ano de 1990. SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril: com 8 mapas*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

<sup>43</sup> MACHADO, op. cit., 1990, p. 57.

<sup>44</sup> A questão do ambiente “selvagem” foi mencionada no livro de BARBOSA, op. cit., 1961.

<sup>45</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 22. O que Sodré chamou de “localismos perigosos” foi retratado nas obras memorialistas como a realização de uma “política maldosa e contraproducente” por parte dos políticos “da Capital” que, “receiosos de perder a hegemonia no sul do Estado, que, entretanto, só queria trabalhar, progredir” “enfeitou e armou caudilhos do Sul,” dando-lhes “postos de coronéis de macega, comandantes com poderes de desrespeitarem os posseiros, os velhos povoadores da zona, com direito de matar o gado e levar a cavallhada.” BARBOSA, op. cit., 1963, p. 11.

<sup>46</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 16, 88-89 e 16. O conteúdo do livro de Sodré foi questionado de forma indireta nas seguintes obras: MELO E SILVA, op. cit., 1989 e BARBOSA, op. cit., 1961.

Ela é ainda assim ponto-central para estabelecermos um entendimento, uma compreensão sobre como a “elite condutora” organizou a cidade de Campo Grande, pois essa elite era, em significativa proporção, também uma elite rural. Aliás, do campo veio a maioria da elite que direcionou os rumos da cidade de Campo Grande no decorrer do século XX. Outra parte veio também do exterior, de cidades próximas ao litoral brasileiro e de plagas dos demais territórios do Brasil.

De acordo com Sodré, no século XIX as terras do sul de Mato Grosso, em particular as da Serra de Maracaju, pouco ou nenhum valor tinham. O que estava sobre a terra e se movia tinha mais valor do que a própria terra. Portanto, os rebanhos que nela estavam é que tinham valor e não a terra em si.

Por volta da metade do século XIX, a região conhecida por Campos da Vacaria, tinha pequena densidade populacional e não se sabia se as terras próximas do que depois constituíram o grande Município de Campo Grande eram efetivamente mais brasileiras ou mais paraguaias.<sup>47</sup> Segundo escreveu Emílio Barbosa, nessa época nem o Paraguai e nem o Brasil tinham conhecimento de quais eram os sujeitos que moravam, de fato, no sul de Mato Grosso. A região, além disso, também era muito violenta.<sup>48</sup>

A violência cotidiana seguramente contribuiu para que as terras da Serra de Maracaju e dos Campos da Vacaria, em particular, embora muito férteis, não tivessem tanto valor. Ter terra era a mesma coisa que não ter nada, já que a terra nessa época não valia quase nada, pois sobre ela não havia, segundo Sodré, significativo trabalho humano.<sup>49</sup>

Outro fator que está diretamente ligado com o da violência é o da quase total inexistência do trabalho humano sobre a terra, isto é, a falta do que se chama de benfeitorias, até pelo fato desses afazendados buscarem constantemente novas terras. Sodré justificou o fato das terras terem pouco valor com a seguinte análise. Observemos:

---

<sup>47</sup> Grande em razão do Município de Campo Grande ter mais de 100 mil km<sup>2</sup>, chegando a fazer divisa até com o Estado de São Paulo, isso em 1899.

<sup>48</sup> Em Campo Grande, essa violência cotidiana perdurou até o início da década de 1920, sendo amainada apenas com a instalação de instituições militares na cidade. BARBOSA, op. cit., 1961, p. 41 e 66. Para uma análise mais abrangente, ver CORRÊA, Valmir Batista. História e violência cotidiana de um “povo armado”. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, EDUC, São Paulo, n. 39, p. 57-73, jul./dez. 2009.

<sup>49</sup> A idéia de que os animais tinham mais valor do que a terra no início da cultura pastoril, meados do século XIX, foi contestada por BARBOSA, Emílio Garcia. *Esbôço histórico e divagações sobre Campo Grande*. Campo Grande: Pindorama, 1964, p. 11-12, que escreveu: “o gado valia tão pouco!” Para ele, a terra possuía mais valor do que o gado, já que este último “não se precisa cuidar, ele se cria sem o menor cuidado.”

As posses nada valiam, certamente. Nelas não havia sinais de trabalho humano. Ficavam nas condições primárias em que haviam sido encontradas. Jamais nelas se fazia benfeitorias que elevassem o seu valor. Nisso estava uma das características fundamentais da cultura pastoril: o absoluto desvalor do solo, a desestima pela terra. Nem há vínculo entre ela e o elemento humano que a habita. E, não havendo lavouras e benfeitorias, as casas sendo paupérrimas, como ainda são, nos nossos dias, o padrão de vida tinha de se manter num nível baixíssimo, nível que só o regime pastoril admite e mantém.<sup>50</sup>

Paralelo aos fatores da violência e da falta de benfeitorias nas propriedades dos fazendeiros, havia o nomadismo desses mesmos sujeitos. Embora as terras dos Campos da Vacaria e da Serra de Maracaju, em geral, fossem muito apropriadas para a pecuária, já que tinham pastagens exuberantes, os fazendeiros iam seguindo os rebanhos que, por sua vez, buscavam pastagens em vários locais.<sup>51</sup>

Logo, os fazendeiros nunca ficavam num mesmo território. Iam para um lugar, depois para outro, bem como retornavam para os locais em que já haviam estado meses ou anos antes. Segundo Sodré, o “nomadismo permanente” que havia no sul de Mato Grosso

(...) prendia-se, em última análise, ao pauperismo profundo do regime pastoril. Os agregados às fazendas viviam de um lado para outro dos horizontes, ora nos chapadões a leste da serra de Amambá, ora na planície paralela ao Paraguai, ora na região serrana, ora rumo ao norte, conduzindo gado, reunindo gado, vendendo ou marcando gado, sem pouso certo, sem casa fixa, sem residência habitual. Gente de transição, primária, obscura. Todas as crônicas antigas referem a existência, naturalmente mais vincada, desde que a pobreza era maior, desse nomadismo permanente, dessa constante transitoriedade, dessa improvisação eterna, em que coisa alguma se construía, sinal algum se deixava.<sup>52</sup>

Nos textos memorialistas, não há menção ao fato. Essas obras não pensaram em momento algum os pioneiros como nômades. Essa era, na análise destes, uma característica dos indígenas. Os pioneiros, que eram “gente simples, honesta e constante”, vieram à região e se fixaram na terra, que embora fosse “abençoada”, era ladeada “por intensa mata bravia e hostil.”<sup>53</sup>

<sup>50</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 84-85. Esta compreensão da realidade foi questionada ainda na década de 1940 por José de Melo e Silva, na obra *Canaã do Oeste*, publicada em 1947. MELO E SILVA, José de. *Canaã do Oeste: sul de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1947.

<sup>51</sup> Ao contrário das afirmações dos memorialistas, que relataram que a região tinha terra “vermelha grudenta” e “matas ubérrimas, de fertilidades inesgotáveis”, BARBOSA, op. cit., 1963, p. 5, Sodré não pensou a terra oestina como fértil, mas sim como um solo precário. “As terras em que o gado se espalhou foram sempre tidas como pobres. Krebs afirma, entretanto, na sua obra expressiva sobre a geografia humana que “o conceito sobre terra pobre ou rica é tão relativo e subjetivo como o de povo culto”. Para dizer, em outro lugar, que “existe uma cultura, por primitiva que seja, a partir do momento em que o grupo humano soube adaptar a sua existência à natureza”. Foi justamente o que aconteceu no Oeste. As terras são, realmente, pobres se se quiser apreciá-las segundo o ponto de vista agrícola. Do ângulo pastoril, entretanto, permanecem ricas, próprias aos rebanhos, favoráveis à sua existência e multiplicação, pelas pastagens (...)” SODRÉ, op. cit., 1941, p. 119 e 121.

<sup>52</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 85.

<sup>53</sup> BARBOSA, op. cit., 1963, p. 10 e 12-13.

Para Emílio Garcia Barbosa, os pioneiros trabalharam muito. Esse trabalho, por sua vez, transformou os Campos da Vacaria numa área

(...) rica, valorizada, moderna, subdividida em invernadas menores, com fácil pastoreio. Os tratores rasgam a sua crosta dura para bem penetrar a irrigação; cria gado fino, plantéis de raças puras de “pedigree”, cavalos anglo-árabe e de todas as raças finas. Está, enfim, moderna.<sup>54</sup>

É desse mundo rural, com base na pecuária extensiva e com pouca, para não dizer nenhuma, presença da autoridade pública, seja na zona urbana, mas em especial na rural, que se constituiu o que se pode chamar de elite rural dos Campos da Vacaria, nome pelo qual ficou conhecida “toda a região alta do planalto da Serra de Maracaju.”<sup>55</sup>

Portanto, a lei, a ordem, o jeito de agir dependia menos das leis do Estado e mais das alianças e do poder do afazendado, posteriormente o grande proprietário rural que passou a ter também residência na cidade de Campo Grande e interferir institucional e legalmente nos destinos da urbe, defendendo mais os interesses da sua classe do que da sociedade como um todo. Para materializar essa prática, a elite que compunha a sociedade pastoril organizou-se política e partidariamente.<sup>56</sup>

Sodré, embora tenha afirmado que na área onde o regime pastoril se estabeleceu o desenvolvimento era “lento mas constante, monótono mas contínuo”<sup>57</sup>, não deixou de considerá-lo como responsável pela inexpressiva densidade populacional no Oeste brasileiro. Desde que o regime pastoril passou a existir surgiu então o “desertão”, que era uma “força poderosa, tirânica, dominadora.”<sup>58</sup> O desertão permaneceria, segundo Sodré, atuante no Oeste brasileiro,

(...) apesar de todo o esforço humano, apesar de todas as tentativas coletivas, como a permanente força negativa, dispersiva, dissociadora, influenciando sobre todas as outras faces do problema, aquelas que parecem viáveis ante o esforço do centro, da autoridade, do país. As distâncias, essas infinitas distâncias, vazias, tristes, apagadas, permanecerão a incógnita poderosa e eterna. Sobre elas, por mais que se estendam os fios telegráficos, que a audácia e o espírito empreendedor de Rondon lançaram, por mais que se abram estradas, naturalmente pouco compensadoras e caríssimas, por mais que se cruzem nos céus, máquinas modernas, com o formidável poder de encurtá-las e de dominá-las.<sup>59</sup>

<sup>54</sup> BARBOSA, op. cit., 1963, p. 10-11.

<sup>55</sup> BARBOSA, op. cit., 1961, p. 14.

<sup>56</sup> Sobre esta questão, consultar as seguintes obras: BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, volume I: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso*. Campo Grande: UFMS, 2009 e BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, volume II: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses*. Campo Grande: UFMS, 2009.

<sup>57</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 122.

<sup>58</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 132.

<sup>59</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 126-127.

O tal do sertão era não apenas um território físico, com muita terra, basicamente vegetação de cerrado e com pouca densidade populacional, mas também uma construção social, uma relação de força entre sujeitos históricos que defendiam a economia pastoril e relegavam para outros planos a economia agrícola. Portanto, deve-se entender a grande propriedade pastoril como inibidora da presença e da fixação de outras pessoas na região.

No entender de Sodré, a sociedade pastoril não trouxe desenvolvimento para o Oeste do Brasil. Esse território só começou a ser integrado ao “corpo da nacionalidade” na década de 1910, quando os trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), que era uma “obra civilizadora”, ligaram a região ao restante do país. Mesmo assim, nos anos 40 a região ainda permanecia viceralmente divorciada do “corpo da nacionalidade” brasileira, que era composta, sobretudo, pelos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.<sup>60</sup>

Portanto, não foi o trabalho dos pioneiros, chamados por Sodré de “campeadores”, cuja economia era muito “semelhante à do índio”, que transformou as terras oestinas.<sup>61</sup> Também não era feito dos campeadores a integração destas terras litigiosas ao Brasil, tal qual os memorialistas afirmaram em várias das suas obras, pois o labor dos campeadores não modificou “as condições do ambiente, amenizando-o, subordinando-o às suas necessidades”, tendo em vista a parca ocupação populacional e econômica das terras.<sup>62</sup>

O sertão só seria eliminado da “fisionomia social do Oeste” por meio de “uma permanente e contínua obra civilizadora, apoiada, necessária e imprescindivelmente, numa larga intervenção junto ao processo econômico.”<sup>63</sup>

A “obra civilizadora” tinha alguns elementos essenciais. Para eliminar o sertão, além da pobreza e do primarismo da vida oestina, devia-se ter no Oeste as seguintes estruturas: meios de transportes, larga intervenção na economia pastoril, fator tempo e crescimento demográfico. Estas situações gerariam uma ocupação do sertão pelo regime agrícola. No entender de Sodré, apenas o regime agrícola eliminaria o sertão do Oeste brasileiro.<sup>64</sup>

---

<sup>60</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 126-127. Em 1957, a NOB teve o seu nome alterado e passou a integrar um grupo, composto também por outras ferrovias brasileiras, que se chamou Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA). No ano de 1996 foi privatizada e mudou outra vez de nome.

<sup>61</sup> Nas palavras de Sodré: “Economia quase semelhante à do índio. Nas aldeias por que Rondon passou, para o prosseguimento da sua obra formidável, o que encontrou não foi muito distinto do que se vê diariamente na zona pastoril. Certamente, a servidão pastoril não pesa, ela não se reveste de formas brutais, de requintes bárbaros.” SODRÉ, op. cit., 1941, p. 131.

<sup>62</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 118 e 131.

<sup>63</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 126.

<sup>64</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 126-127.



Tendo em vista esses argumentos, não se deve pensar a região em si mesma como inóspita à presença humana, mas sim a grande propriedade pastoril e os sujeitos que a constituíram como elementos impeditivos desta outra e, não menos, diversa presença humana no Oeste do Brasil, que era a do regime agrícola.

Para o autor,

(...) nada se conseguirá de definitivo sem a intervenção do fator tempo, sem o amparo do crescimento demográfico do país, canalizado, em grande parte, para as suas terras, para cobri-las, já não na dispersão pastoril, mas na densidade de que o regime agrícola é capaz, com o acúmulo de riqueza, a atração fácil a novos elementos, a capacidade de se por em ligação, em contacto com as outras partes do Brasil e da América, transformando-se em celeiro de algumas delas.<sup>65</sup>

Como se pode observar, Sodré não viu na propriedade pastoril uma grande contribuição para o desenvolvimento das terras e da sociedade do Oeste brasileiro. Já a propriedade agrícola, na análise do autor, tinha o poder de transformar esta região. Essa reflexão foi questionada pelos autores memorialistas ainda na década de 1940, sobretudo de forma indireta, já que as publicações não mencionaram literalmente o nome de Sodré.

José de Melo e Silva, valendo-se de uma explicação que é bastante próxima das reflexões contidas nos escritos de Cassiano Ricardo e Oliveira Vianna<sup>66</sup>, fez a seguinte afirmação:

Convém notar que não é bem exata a observação daqueles que vêem o nosso primeiro povoador, o pastor ou vaqueiro do oeste, como homem da primeira etapa da civilização, como elemento que ficou entocado em seus esconderijos, infenso às normas administrativas, ao Poder Público, aos agentes de Governo e da Polícia. Não examinou com justeza o assunto quem o viu afastado da civilização que penetrava com a via-férrea e com os novos povoadores, em atitude de desconfiança e de hostilidade, como inimigo dos centros urbanos e da nova sociedade que se formava. São generalizações discutíveis e perigosas. O que se pode admitir é a co-existência dos desviados com os normais, o que sempre se verificou e ainda se verifica nos meios cultos e incultos.<sup>67</sup>

Garcia Barbosa, por sua vez, foi mais breve, mas sem por isso menos enfático. Sobre essa questão, o memorialista, em obra publicada em 1961, escreveu: “Não vieram eles para a vida nômade do pastoreio, conforme alguns escritores quiseram provar, vieram para se radicar

<sup>65</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 127.

<sup>66</sup> RICARDO, Cassiano. *O Brasil no original*. 2. ed. São Paulo: Cultural da Bandeira, 1937, OLIVEIRA VIANNA, F. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923 e OLIVEIRA VIANNA, F. *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1933.

<sup>67</sup> MELO E SILVA, op. cit., 1989, p. 90-91. Emílio Garcia Barbosa também defendia esta concepção, criticando a literatura da época (deve-se entender em especial o livro *Oeste*, de Nelson Werneck Sodré).

atrás de terra boa. Longe da civilização venceram e, tranquilos com o futuro, já advinham o que isto iria tornar.”<sup>68</sup>

Para Melo e Silva, o homem do campo não concebia as autoridades públicas sediadas nas cidades do sul de Mato Grosso como “inimigas” dos fazendeiros, por ele chamados de “vaqueiros”.<sup>69</sup> Por outro lado, afirmou textualmente que “a autoridade só se faz sentir para a prática de atos de opressão e para esgotar a capacidade tributária do povo.”<sup>70</sup>

Melo e Silva também discutiu a questão do desenvolvimento do sul de Mato Grosso em sua obra. Para ele, o “desenvolvimento sócio-econômico do Sul de Mato Grosso não atingiu ainda um grau condizente com o grande lastro das suas possibilidades” devido três grandes problemas, que eram:

(...) precariedade das vias de comunicação, ausência de braços e de uma relativa assistência pública, desdobrada de acordo com os princípios que devem nortear os Governos que se preocupam com a grandeza do Estado e com o bem coletivo.<sup>71</sup>

Seguramente Barbosa, Melo e Silva e Sodré não foram os únicos autores a tratar desta questão, bem como seus posicionamentos não são os únicos existentes e nem mesmo são representantes únicos de um ou de outro grupo social. Pode-se mencionar alguns outros autores, tais como Fernando de Almeida, Frederico Rondon, Lima Figueiredo, F. de Paula Cidade, Rezende Rubim e Virgílio Corrêa Filho, que também abordaram com muita propriedade e posicionamento político a relação campo-cidade no Oeste do Brasil, cada qual expondo aspectos dos mais diversos sobre a contribuição do mundo rural na constituição do mundo citadino.<sup>72</sup>

---

<sup>68</sup> BARBOSA, op. cit., 1961, p. 21.

<sup>69</sup> MELO E SILVA, op. cit., 1989, p. 90-91.

<sup>70</sup> MELO E SILVA, op. cit., 1989, p. 93.

<sup>71</sup> MELO E SILVA, op. cit., 1989, p. 89.

<sup>72</sup> ALMEIDA, Fernando F. M. de. A serra de Maracajú – a paisagem e o homem. *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, Indústria Gráfica José Magalhães Ltda., ano IV, n. 5, p. 60-78, nov. 1944; CIDADE, F. de Paula. Aspectos geo-humanos de Mato Grosso: Corumbá. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano V, n. 2, p. 173-194, abr./jun. 1943; CORRÊA FILHO, op. cit., 1939; FIGUEIREDO, Lima. Oeste matogrossense. *Boletim Geográfico*, ano VIII, n. 90, p. 717-718, set. 1950; RONDON, Candido. O Estado de Mato Grosso: o que elle nos offerece e o que espera de nós. *Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Off. Typ. Instituto Muniz Barreto, tomo XXVIII, p. 14-38, 1923 e RUBIM, Rezende. *Reservas de brasilidade*. São Paulo: Nacional, 1939.

Esses textos, por sua vez, externam a existência de forças sociais diversas que integravam e constituíam tanto o mundo rural como o urbano, limitando-o em alguns aspectos e ampliando-o em outros. Seguramente as forças sociais que apoiavam o posicionamento de Sodré eram minoritárias e se concentravam sobremaneira nas cidades. Já o posicionamento defendido por Melo e Silva tinha como partidários os fazendeiros, em especial os que se opunham ao desenvolvimento das atividades agrícolas e à fragmentação do “desertão”, geralmente utilizadas para a criação extensiva de animais, em particular os bovinos.

De acordo com Sodré, essa “civilização do couro” inseriu-se na economia estadual, nacional e até mesmo internacional justamente por meio do rebanho bovino.<sup>73</sup> Sem hesitar, a base econômica desta elite residiu na atividade pastoril: o rebanho bovino serviu tanto como alimento, moeda de troca ou mercadoria. Era um eficaz meio de comunicação destes sujeitos do sul de Mato Grosso com os outros sujeitos, do Leste do Brasil e, inclusive, com as pessoas de países mais próximos, como a Bolívia e o Paraguai.

Com o decorrer do tempo, a figura do posseiro deixou de existir. Passou-se a vê-lo como fazendeiro que havia modernizado o campo, reduzido o tamanho das propriedades, triplicado a quantidade do rebanho, aumentado a renda e, com o que havia sobrado, pôde então “formar nas academias os filhos para passear pelos estrangeiros, dotar as filhas e viver nas cidades.”<sup>74</sup>

O cearense José de Melo e Silva, advogado que atuou como juiz de direito das Comarcas de Bela Vista e de Ponta Porã, por volta das décadas de 1930-40, também partilhou do entendimento de que no sul de Mato Grosso o grande proprietário rural era, em grande parte, o integrante da elite urbana. Segundo Melo e Silva, era “muito comum em todo o Oeste matogrossense serem os fazendeiros o mesmo homem da cidade, onde constroem seus prédios residenciais. Isso é o que se observa em Campo Grande, Corumbá, Aquidauana, Três Lagoas.”<sup>75</sup>

Com a presença destas pessoas nas áreas urbanas, foi-se, aos poucos, edificando um discurso memorialista que enalteceu, também, os feitos destes sujeitos na construção das áreas urbanas do sul de Mato Grosso. A cidade de Campo Grande é um exemplo muito apropriado disso. Passou-se a vê-la como uma urbe que só tinha progredido por causa das contribuições provenientes da sociedade pastoril.

---

<sup>73</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 22. Este termo também foi utilizado por outros sujeitos para se referirem a outros locais/regiões do Brasil.

<sup>74</sup> BARBOSA, op. cit., 1963, p. 12.

<sup>75</sup> MELO E SILVA, op. cit., 1989, p. 92. Ideia contida na obra de RICARDO, op. cit., 1937, da qual Melo e Silva utilizou-se para elaborar parte das reflexões contidas no seu texto.

## Referências

### Bibliografia

- ABREU, Dióres Santos. Comunicações entre o sul de Mato Grosso e o sudoeste de São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, USP, ano XXVII, v. LIII, n. 105, p. 191-214, jan./mar. 1976.
- AZEVEDO, Vitor de. *Atuação real de Raposo Tavares na viagem ao “Rio das Al Amazonas”*. São Paulo: Obelisco, 1966.
- BENJAMIN, Walter. A modernidade. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire, um crítico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 67-101.
- \_\_\_\_\_. Teses sobre filosofia da história. In: KOTHE, Flávio R. (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985.
- BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, volume I: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso*. Campo Grande: UFMS, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, volume II: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses*. Campo Grande: UFMS, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. O que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a história*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CORRÊA, Valmir Batista. História e violência cotidiana de um “povo armado”. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, EDUC*, São Paulo, n. 39, p. 57-73, jul./dez. 2009.
- DUBY, Georges. *Atlas historique: l’histoire du monde en 317 cartes*. Paris: Larousse, 1988.
- FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Muitas memórias, outras histórias. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d’Água, 2004.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- HOBBSAWM, Eric. A outra história: algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick. *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MALDONADO, Caroline Hermínio; BRAND, Antônio Jacó. A representação indígena guarani em livros memorialistas. *Espaço ameríndio*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 31-43, jan./jun. 2010.

MORO, Nataniél Dal. Cidades, indústrias e operários no sul de Mato Grosso (década de 1950). 2007. In: *59ª Reunião Anual da SBPC*. Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.servicos.sbpcnet.org.br/sbpc/59ra/senior/livroeletronico/resumos/r2456-1.html>>. Acesso em: 27 nov. 2007.

\_\_\_\_\_. *O pensar da elite sobre o povo comum: espaço público, viver urbano e reterritorialização do centro da cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*. 2012. 310 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. Reflexões de Walter Benjamin para pensar o “povo comum”. *Sinais: Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos Indiciários (NEI), Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória*, ed. 05, v. 1, set. 2009.

PACHECO NETO, Manuel. Os livros didáticos como instrumentos disseminadores da concepção heróica do bandeirante. *Educação e fronteiras*, Dourados, UFGD, v. 1, n. 2, p. 104-117, jul./dez. 2010.

QUEIROLO, Víctor Ayala. *Historia de la cultura en el Paraguay*. Asunción: Salesiana, 1969.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

### Fontes

ALMEIDA, Fernando F. M. de. A serra de Maracajú – a paisagem e o homem. *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, Indústria Gráfica José Magalhães Ltda., ano IV, n. 5, p. 60-78, nov. 1944.

ANDRADE, Arlindo de. A maior cidade. *Revista Folha da Serra*, Campo Grande, ano IV, n. 40, ago. 1936.

BARBOSA, Emílio Garcia. *Esbôço histórico e divagações sobre Campo Grande*. Campo Grande: Pindorama, 1964.

\_\_\_\_\_. *Os Barbosas em Mato Grosso*. Campo Grande: Correio do Estado, 1961.

\_\_\_\_\_. *Panoramas do sul de Mato Grosso*. Campo Grande: Correio do Estado, 1963.

CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*. São Paulo: [s.n.], 1955.

CIDADE, F. de Paula. Aspectos geo-humanos de Mato Grosso: Corumbá. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano V, n. 2, p. 173-194, abr./jun. 1943.

CONGRO, Rosário. Primórdios de Campo Grande. *Revista Brasil-Oeste*, São Paulo, ano 2, n. 14, jun. 1957.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Mato Grosso*. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasílica, 1939.

DUROURE, João Baptista. **Dom Bosco em Mato Grosso. 1º volume: 1894-1904. Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso, 1977.**

FIGUEIREDO, Lima. Oeste matogrossense. *Boletim Geográfico*, ano VIII, n. 90, p. 717-718, set. 1950.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Atlas geográfico escolar*. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. *Monções*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LOPES, Joaquim Francisco. *As derrotas de Joaquim Francisco Lopes*. Campo Grande: IHGMS, 2007.

MACHADO, Paulo Coelho. *Pelas ruas de Campo Grande: a Rua Velha*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990, v. 1.

MELO E SILVA, José de. *Canaã do Oeste: sul de Mato Grosso*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989.

\_\_\_\_\_. *Canaã do Oeste: sul de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1947.

\_\_\_\_\_. *Fronteiras guaranis: a trajetória da Nação cuja cultura dominou a fronteira Brasil-Paraguai*. 2. ed. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003.

\_\_\_\_\_. *Fronteiras guaranis: com um estudo sobre o idioma guarani ou avañee*. Rio de Janeiro: Imprensa Metodista, 1939.

OLIVEIRA VIANNA, F. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.

\_\_\_\_\_. *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1933.

RICARDO, Cassiano. *O Brasil no original*. 2. ed. São Paulo: Cultural da Bandeira, 1937.

RODRIGUES, José Barbosa. *História de Campo Grande*. São Paulo: Resenha Tributária, 1980.

RONDON, Candido. O Estado de Matto Grosso: o que elle nos offerece e o que espera de nós. *Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Off. Typ. Instituto Muniz Barreto, tomo XXVIII, p. 14-38, 1923.

RONDON, Frederico. Colonização nacional, o magno problema brasileiro. *Boletim geográfico*, Rio de Janeiro, SGEF, ano IV, n. 46, p. 1331-1341, jan. 1947.

RUBIM, Rezende. *Reservas de brasilidade*. São Paulo: Nacional, 1939.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

\_\_\_\_\_. Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril: com 8 mapas. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.